



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS
Campus Palmas**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

GIORDANO BRUNO GOMES MILHOMEM REIS

**INDICADOR DE DOENÇAS QUE AFETARAM OS DOCENTES NAS ESCOLAS
ESTADUAIS EM PALMAS-TO NO ANO DE 2017**

**PALMAS - TO
2018**

GIORDANO BRUNO GOMES MILHOMEM REIS

**INDICADOR DE DOENÇAS QUE AFETARAM OS DOCENTES NAS ESCOLAS
ESTADUAIS EM PALMAS-TO NO ANO DE 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do CST
em Gestão Pública como exigência à
obtenção do grau de Tecnólogo Superior em
Gestão Pública, do Instituto Federal do
Tocantins - Campus Palmas.

Orientador: Profº.Me. Adão Pinto dos Santos

PALMAS - TO
2018

Reis, Giordano Bruno Gomes Milhomem
Indicador de Doenças que afetaram os docentes nas
escolas estaduais em Palmas-TO, no ano de 2017 / Giordano
Bruno Gomes Milhomem Reis – Palmas, 2018. 43 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Superior de
Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, 2018.

Orientador: Prof. Me. Adão Pinto dos Santos

1. Trabalho. 2. Saúde. 3. Educação. I. Título

GIORDANO BRUNO GOMES MILHOMEM REIS

**INDICADOR DE DOENÇAS QUE AFETARAM OS DOCENTES NAS ESCOLAS
ESTADUAIS EM PALMAS-TO NO ANO DE 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Banca Examinadora do CST em Gestão
Pública como exigência à obtenção do grau
de Tecnólogo Superior em Gestão Pública, do
Instituto Federal do Tocantins - Campus
Palmas.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº. Me. Adão Pinto dos Santos (Orientador)
IFTO – *Campus* Palmas

Profª. Me. Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO – *Campus* Palmas

Profª. Esp. Ádria Ariadene Bucar Bosaipo
IFTO – *Campus* Palmas

A Deus, a minha família, aos meus professores, amigos e colaboradores desta jornada. A todos que me apoiaram, tiveram paciência e ainda me incentivaram a não desistir e atingir esse meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de alegria e realização, olho para trás, e vejo o quanto é importante não desistirmos jamais, e por isso agradeço primeiramente a Deus, criador do céu e da terra.

Agradeço aos meus amigos, que sempre me incentivaram e falavam que eu era capaz de vencer essa batalha.

A minha família, por todo o carinho e apoio, e por estar ao meu lado sempre.

Aos meus colegas de trabalho, que tantas vezes me apoiaram, e ouviram-me contar as minhas derrotas, mas acima de tudo as vitórias.

Obrigado aos meus colegas de sala de aula, por todos os momentos que passamos juntos, jamais me esquecerei de vocês, “minhas lideranças”.

Ao mestre orientador Adão, que teve a paciência de orientar-me e acreditar que eu era capaz.

A minha esposa Ivaneide, aos meus filhos Gabrielle e Felype, por terem enfrentado esta batalha comigo, dando-me força quando eu precisei.

Por fim, agradeço à pessoa mais importante nesta minha trajetória, minha mãe (vó) Iracema, que durante sua vida cuidou de mim com tanto carinho e dedicação, e que não mediu esforços para dar-me educação. E que infelizmente pela vontade de Deus não pôde ver que todo seu esforço valeu a pena.

“Esperei com paciência pelo Senhor, e ele se inclinou para mim e ouviu o meu clamor.” (Salmos 40:1)

RESUMO

INDICADOR DE DOENÇAS QUE AFETARAM OS DOCENTES NAS ESCOLAS ESTADUAIS EM PALMAS-TO NO ANO DE 2017

O objetivo desta pesquisa foi especificar o indicador de doenças que afetaram os docentes nas escolas estaduais no âmbito do município de Palmas-TO, no ano de 2017. Durante a pesquisa, foram identificadas as principais doenças, a idade média dos docentes e o período médio que ficaram impossibilitados de exercerem suas funções por motivo de licença médica, e por fim verificou-se quanto o governo gastou com substituição de docentes que se encontravam de licença médica para tratamento de saúde. A pesquisa foi realizada junto à Secretaria de Estado da Administração – SECAD, a qual forneceu os relatórios necessários para a elaboração deste trabalho. Para a construção deste estudo foi realizada análise documental e pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, com objetivo de extrair informações que foram analisadas e categorizadas. A pesquisa concluiu que as principais doenças são: as relativas aos transtornos de humor; neuróticos, relacionados com o “stress” e somatoformes; e as dorsopatias (doenças da coluna).

Palavras-chave: Trabalho. Saúde. Educação

ABSTRACT

INDICATOR OF DISEASES THAT AFFECT TEACHERS IN PUBLIC SCHOOLS OF PALMAS-TO IN THE 2017's

The purpose of this research was to specify the indicator of diseases that affect teachers in public schools of Palmas-TO in the 2017's. During the study were identified the main diseases, the most of age and the period the teachers are unable to exercise their labor by reason of medical license, and finally checked how much the government spends with replacement of teachers who are on medical license for health treatment. The research was accomplished with the Secretaria de Estado da Administração – SECAD, which provided the necessary reports for the preparation of this work. The conclusion of this study was used documentary analysis and bibliographic research with qualitative approach, Thus the objective of obtaining information that were analyzed and categorized. The research concluded that the main diseases are: those related to mood disorders; psychological problems; related to stress and somatoform; and the dorsopathies (spine diseases).

Keyword: Work. Health. Education

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Episódios Depressivos	31
Gráfico 2 – Dorsopatias	34

LISTA DE SIGLAS

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

CF - Constituição Federal

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional

MPS - Ministério da Previdência Social

MS - Ministério da Saúde

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNE - Plano Nacional de Educação

SECAD - Secretaria de Estado da Administração

SUS - Sistema Único de Saúde

TO - Tocantins

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Média de idade e período médio que os docentes ficaram de licença médica.....	35
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROBLEMA DE PESQUISA	13
3 JUSTIFICATIVA	13
4 OBJETIVOS	14
4.1 Objetivo Geral	14
4.2 Objetivos Específicos	14
5 REVISÃO DE LITERATURA	15
5.1 Trabalho: conceito e importância	15
5.2 Saúde: condições de trabalho e direito do trabalhador	17
5.3 Trabalho docente: competência e importância	19
5.4 Saúde do Professor: trabalho penoso	21
6 METODOLOGIA	23
6.1 Procedimentos Metodológicos	23
6.2 Desenvolvimento da pesquisa	24
6.3 Técnica da pesquisa	25
6.4 Área de realização	27
6.5 Coleta dos dados	27
6.6 Análise da pesquisa	27
7 RESULTADOS	29
7.1 Doenças que afetaram os docentes das escolas estaduais em Palmas-TO, no ano de 2017	29
7.1.1 Transtornos de humor (CID - F30 a F39)	30
7.1.2 Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (CID - F40 a F48)	32
7.1.3 Dorsopatias (CID - M40 a M54)	34
7.2 Média de idade e período médio que os docentes ficaram de licença médica	35
7.3 Gastos do Governo com a contratação de professores substitutos	36
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 6º, estabelece os direitos sociais, entre eles a educação, o trabalho e a saúde.

Para Mendes (2013), o trabalho é de grande importância na vida do cidadão, pois proporciona a condição de existência digna, o desenvolvimento social e a formação de identidade.

Tendo em vista que o cidadão dedica a maior parte do seu tempo ao trabalho, logo ele pode acarretar diversos problemas a saúde do trabalhador, sejam eles: psíquico, físico e mental.

Dentre as diversas classes de trabalhadores remunerados destaca-se a do docente, que tem como fundamento a educação escolar que se desenvolve através do ensino, de modo a proporcionar que o cidadão desenvolva conhecimento, o exercício da cidadania e a qualificação visando ao mercado de trabalho. (BRASIL. LDB 1996; art. 2º)

Com o docente não é diferente, ele sofre de diversos problemas de saúde que estão diretamente ligados à falta de estrutura nas salas de aula, salas superlotadas, condições de trabalhos inadequadas, baixa remuneração, e não bastasse tudo, ainda sofre de violência escolar.

A saúde se trata de um direito de todos, sendo portanto dever do estado criar os meios para que esse direito seja cumprido de forma integral, através de políticas públicas que visem à redução de doenças e agravos para sua promoção, proteção e recuperação, garantindo a todos o acesso de maneira universal e igualitário.(BRASIL. CONSTITUÇÃO 1988; art.196).

O Plano Nacional de Educação – PNE, regido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem vigência de dez anos, traz como uma de suas metas a promoção da qualidade da educação em todas as etapas e modalidades, com o objetivo da melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. E para alcançar tal meta a referida Lei tem como uma de suas estratégias ações efetivas direcionadas para o fomento, prevenção, atenção, atendimento à saúde e à integridade física, emocional e mental dos docentes, proporcionando assim a melhoria da qualidade educacional.

Entendendo que as referidas licenças geram despesas, visto a necessidade de contratação de professor substituto e que o Estado encontra-se em

dificuldades financeiras, entendendo ainda que este é um dos entraves para a oferta de um ensino de qualidade.

O presente trabalho será composto por introdução, problema de pesquisa, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, revisão de literatura, metodologia, procedimentos metodológicos, desenvolvimento da pesquisa, técnica da pesquisa, análise da pesquisa, resultados e referências.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Visando à melhoria da saúde e à qualidade de vida dos docentes e buscando a economia de recursos públicos bem como a qualidade de ensino oferecido, indaga-se: qual o indicador de doenças que afetaram os docentes das escolas estaduais de Palmas-TO, no ano de 2017?

3 JUSTIFICATIVA

O estudo foi escolhido com o propósito de estudar, analisar e buscar um conhecimento amplo no que tange ao indicador de doenças que afetaram os professores da educação básica das escolas estaduais de Palmas-TO.

Visto que a saúde se trata de um dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, serão analisados ainda os fatores causadores dos problemas de saúde dos docentes, a faixa etária em que são acometidos por esses problemas, bem como o tempo médio das licenças médicas.

Destaca-se ainda que o estudo é de suma importância, de modo que serão analisadas as possíveis consequências que esse adoecimento dos docentes traz na qualidade de ensino ofertado, visto que a sociedade vem cobrando constantemente esta melhoria no ensino.

Na atualidade, um dos grandes desafios da gestão pública é a redução dos gastos, tendo em vista que o país está passando por uma grave crise financeira, logo, a maioria dos Estados estão desenquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito aos gastos com a folha de pagamento de pessoal.

O professor com problema de saúde que se afasta do exercício de suas funções em sala de aula logo deve ser substituído, por (professor substituto), o qual

será contratado pelo Estado, para que os alunos não fiquem prejudicados, pois a Educação é de sua responsabilidade. Para cumprir esse dever o governo terá uma despesa concomitante, visto que pagará o professor de licença médica, e o professor substituto, logo este estudo demonstrará quais as principais doenças que afetaram os professores nas escolas estaduais em Palmas-TO, e o quanto custa ao governo a contratação temporária do professor substituto, gasto esse que não recebe dos gestores a devida importância, e que poderia ser amenizado mediante a elaboração de políticas públicas voltadas para a saúde do professor.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Este trabalho buscou investigar quais os indicadores de doenças que afetaram os docentes das escolas estaduais de Palmas, ocasionando assim, licenças médicas para tratamento de saúde.

4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais doenças que afetaram os docentes das escolas estaduais de Palmas -TO, no ano de 2017;
- Apontar qual a idade média dos docentes e período médio que ficaram impossibilitados de exercer suas funções por motivo de licença médica;
- Verificar quanto o governo gastou com a substituição de docentes que se encontravam de licença médica para tratamento de saúde.

5 REVISÃO DE LITERATURA

Este item discorrerá sobre as teorias que tratam sobre a saúde do docente, suas competências e importância para o desenvolvimento do cidadão.

5.1 Trabalho: conceito e importância

Segundo Marques (2007), a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, instrumento com três estacas utilizado na prática de torturas. Por essa razão o trabalho historicamente está ligado a sofrimento, castigo e penosidade.

A Constituição Federal (1988) estabelece em seu art. 6º que o trabalho é um direito social.

Conforme Suzana Albornoz (2017), o trabalho “possui o significado ativo de um esforço afirmado e desejado, para a realização de objetivos; onde até mesmo o objetivo realizado, a obra, passa a ser chamado trabalho” (SUZANA, 2017, p.8).

Segundo Marques (2007) o trabalho é vital à pessoa humana:

É inquestionável, portanto, que o trabalho é elemento essencial à vida. Logo, se a vida é o bem jurídico mais importante do ser humano e o trabalho é vital à pessoa humana, deve-se respeitar a integridade do trabalhador em seu cotidiano, pois atos adversos vão, por consequência, atingir a dignidade da pessoa humana. (MARQUES, 2007, p.21).

Para Silveira (2009), na sociedade o trabalho não é apenas fonte de renda:

Na nossa sociedade, o trabalho é importante não apenas como fonte de renda que permite aos trabalhadores e suas famílias acesso ao consumo de bens e serviços, mas, também, como fonte de reconhecimento e de honra. O trabalho marca profundamente a identidade dos indivíduos, que frequentemente são reconhecidos pela profissão ou ofício que exercem ou exerceram. Assim, somos identificados como o padeiro, o professor, o enfermeiro, a costureira, etc. A condição de trabalhador muitas vezes acompanha-se de adjetivos tais como honesto, digno, batalhador. Portanto, o trabalho constitui fonte de realizações, gratificações pessoais e reconhecimento pela coletividade. No trabalho ou por meio dele os indivíduos interagem, estabelecem relações de camaradagem, amizade, cooperação, responsabilidade. Não ter trabalho comumente é fonte de sofrimento, não apenas pelo fato de excluir os indivíduos do universo do consumo, mas por afastá-los de uma fonte de dignidade e respeito valorizada em nossa sociedade. Isso por si só justifica várias situações de adoecimento, relacionadas, ou não, ao trabalho – o estresse, a depressão, a insônia, o suicídio, entre outros. (SILVEIRA, 2009, p.15).

Marques afirma que o trabalho é nobre, visto que engloba além da capacidade física da pessoa humana, a intelectual, e que as duas estão relacionadas à prestação de serviços mediante remuneração legal e legítima. Marques afirma ainda que “para legitimar esse significado de trabalho são condições a proteção à dignidade da pessoa humana, à vida e à saúde do trabalhador”. (MARQUES, 2007, p.21).

Ainda segundo Marques (2007) o trabalho qualifica o homem e proporciona assim o aperfeiçoamento da inteligência:

Portanto, por meio do trabalho que o homem atingirá uma de suas maiores qualificações e concretizará sua própria existência. O trabalho é a lei da natureza, por isso mesmo que constitui uma necessidade; e a civilização obriga o homem a trabalhar mais porque lhe argumenta as necessidades e gozos. É meio de aperfeiçoamento da inteligência, pois, sem ele, o homem permaneceria sempre na infância, ao que diz respeito à inteligência. O alimento, a segurança e o bem-estar dependem do exercício da atividade de labor. (MARQUES, 2007, p.22).

A Constituição Federal - CF (1988) no que tange aos princípios fundamentais, no art.1º, III, estabelece a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos. (BRASIL. CONSTITUÇÃO 1988; art.1º).

Do mesmo modo que a CF (1988) tem a dignidade como um de seus fundamentos, Marques (2007) estabelece que:

O trabalho é um bem digno; seja manual ou intelectual, é o produto que resulta em maior dignidade para o homem, distinguindo-o do resto das criaturas, pois somente ele tem capacidade para o trabalho e condições para realizá-lo de forma a preencher sua existência sobre a terra. (MARQUES, 2007, p. 55).

Conforme Marques (2007) o exercício do trabalho é inalienável e irrenunciável e decorre do princípio da dignidade humana. Marques afirma ainda que o trabalho deve ser garantido por meio de políticas sociais econômicas.

Decorre do princípio da dignidade humana que o exercício do trabalho é inalienável e irrenunciável, posto ser um princípio fundamental e um dever a ser garantido mediante políticas sociais econômicas que visem à redução e à prevenção do risco no meio ambiente do trabalho, bem como de doenças e acidentes. Trata-se da defesa do valor máximo, que é a própria vida. (MARQUES, 2007, p.45).

5.2 Saúde: condições de trabalho e direito do trabalhador

Segundo Marques (2007) “o trabalhador não pode ser considerado como objeto, algo descartável, sem ocupar posição de equanimidade com suas criações”.

Contudo, para que o trabalhador desenvolva suas funções adequadamente, melhorando a produção de bens ou realização de serviços, é indispensável que ele tenha “condições de trabalho”. Para Marques (2007) “condições de trabalho” é:

(...) um termo um tanto genérico, mas que significa tratar do sistema organizativo, do conteúdo das atividades e das solicitações no trabalho com a finalidade de melhorar a produção de bens ou realizar a prestação de um serviço.(MARQUES, 2007, p. 25).

Conforme Silveira (2009) apesar do trabalho ser de grande importância na formação do indivíduo:

(...) o trabalho também pode ser fonte de problemas que afetam a saúde. Quando exercido em condições perigosas, exposto a produtos químicos tóxicos, ao ruído, com jornadas longas e estafantes, em ritmo acelerado, em ambientes inadequados, submetido à pressão por produtividade, entre outras condições adversas, o trabalho pode tornar-se origem de acidentes e doenças. (SILVEIRA, 2009, p.15).

A saúde se trata de um direito social garantido pelo art. 6º, da Constituição Federal. Do mesmo modo o art. 196, da referida Constituição estabelece que:

Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

“Saúde” segundo Marques quer dizer: corpo, alma e mente, visto que sua proteção não atinge só a rigidez física, como também a capacidade intelectual e a psíquica. (MARQUES, 2007, p.23).

Segundo Marques (2007) “a relação da saúde no trabalho consiste na preocupação com o aparecimento das doenças surgidas em decorrência da forma rudimentar da atividade de labor.” (MARQUES, 2007, p. 24)

A Portaria Interministerial MPS/MS/MTE Nº 800, de 03 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de maio de 2005, estabelece que:

São considerados trabalhadores todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, no setor formal ou informal da economia. Estão incluídos nesse grupo todos os indivíduos que trabalharam ou trabalham como: empregados assalariados; trabalhadores domésticos; avulsos; rurais; autônomos; temporários; servidores públicos; trabalhadores em cooperativas e empregadores, particularmente os proprietários de micro e pequenas unidades de produção e serviços, entre outros. Também são considerados trabalhadores aqueles que exercem atividades não remuneradas, participando de atividades econômicas na unidade domiciliar; o aprendiz ou estagiário e aqueles temporária ou definitivamente afastados do mercado de trabalho por doença, aposentadoria ou desemprego. (BRASIL, 2005).

A redução dos riscos relativos ao trabalho é direito do trabalhador, e cabe ao Estado implementar normas de segurança, saúde e higiene, para garantia de tal direito. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO 1988; art. 7º).

Conforme Marques (2007) “prevenir inconvenientes e riscos da atividade de trabalho são fundamentais, para a proteção efetiva do corpo, alma e mente, visto que atingem a saúde e a vida do ser humano.” (MARQUES, 2007, p.24).

Visto que é dever do Estado prover a saúde do trabalhador, compete ao Sistema Único de Saúde – SUS, praticar a vigilância sanitária e epidemiológica, além disso, as relacionadas à saúde do trabalhador. Cabe ainda ao SUS contribuir na proteção do meio ambiente, até mesmo o do trabalho.

De acordo com Silva (2007) a saúde do trabalhador é um direito que não pode ser vendido nem tão pouco renunciado, visto que é um direito humano e natural do trabalhador. A saúde do trabalhador está além da qualidade dos serviços desenvolvidos para o empregador, logo, trata-se de algo essencial ao desenvolvimento e dignidade do cidadão.

O Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994, que publica a Convenção número 155, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, relativa à Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho em seu artigo 4º, estabelece que:

1. Todo Membro deverá, em consulta às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, e levando em conta as condições e as práticas nacionais, formular, por em prática e reexaminar periodicamente uma política nacional coerente em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho.

2. Essa política terá como objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho, tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio ambiente de trabalho. (BRASIL, 1994).

Segundo Marques (2007) é de suma importância a discussão no que tange as condições de trabalho visto que:

Associadas a qualquer programa de melhoria das condições de trabalho, as práticas de segurança e higiene no trabalho são importantes porque garantem o respeito à vida e à saúde dos trabalhadores, com a tentativa de diminuição dos acidentes de trabalho e aumento de trabalho. (MARQUES, 2007, p. 26).

5.3 Trabalho docente: competência e importância

Segundo Arroyo (2013): “Educar como adestramento, como moralização para termos um povo ordeiro e trabalhadores submissos. Esta visão da educação é bastante divulgada.” (ARROYO, 2013, p.50).

Conforme o art.2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional – LDB:

Art.2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação escolar é formada pela educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e médio; e educação superior (BRASIL, 1996, p.6).

Conforme Arroyo (2013) “parece banal, mas um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros.” (ARROYO, 2013, p.31).

A recomendação da OIT/UNESCO, de 1966, no que se refere ao Estatuto dos Professores, estabelece que:

O ensino deveria ser considerado como uma profissão cujos membros prestam um serviço público; esta profissão exige dos educadores não apenas conhecimentos profundos e competências particulares, adquiridos e mantidos através de estudos rigorosos e contínuos, e um sentido das responsabilidades pessoais e coletivas que devem ser assumidas com vistas à educação e bem-estar dos alunos a seu cargo.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que:

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Segundo Arroyo (2013) o saber docente é definido como um saber plural visto que integra diferentes saberes dentre eles: os saberes disciplinares, curriculares e experienciais.

(...) a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. (ARROYO, 2013, p.36).

Conforme Tardif (2014) os docentes não buscam somente realizar objetivos:

(...) eles atuam, também, sobre um objeto. O objeto do trabalho dos professores são seres humanos individualizados e socializados ao mesmo tempo. As relações que eles estabelecem com seu objeto são, portanto, relações humanas, relações individuais e sociais ao mesmo tempo. (TARDIF, 2014, p.128).

Para Souza, Santos & Almeida (2016), o professor trata-se de um agente transformador, além de desempenhar função social, trabalha o senso crítico e a formação intelectual do indivíduo.

5.4 Saúde do Professor: trabalho penoso

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP, em pesquisa sobre a saúde dos professores, esclarece que:

O adoecimento dos professores e professoras é uma das mais graves e evidentes consequências das políticas em vigor na maior parte dos sistemas educacionais do nosso país e das condições de trabalho a que são submetidos estes profissionais. (APEOESP, 2012, p.7).

Segundo Ludke & Boing (2007) os professores são cobrados ao extremo e tidos como esperança social contra as mazelas da sociedade:

(...) os professores são alvos ou estão no fogo cruzado de muitas esperanças sociais e políticas em crise nos dias atuais. As críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais. (LUDKE & BOING, 2007, p.1188).

Para Sousa & Nascimento (2013) o trabalho docente pode ocasionar satisfação, prazer e adoecimento:

O trabalho docente pode gerar satisfação, ser fonte de prazer e realizações ou apresentar aspectos que levam ao adoecimento do professor. Na atualidade em decorrência do processo de precarização e uma crescente depreciação da atividade docente na educação básica, seja pela falta de condições ambientais, de reconhecimento ou de remuneração observa-se um acentuado desgaste físico e psicológico. (SOUSA & NASCIMENTO, 2013, p. 27091)

O excesso de tarefas fora da ação principal, conforme Assunção & Oliveira, explica o cansaço do professor:

Executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender ao aluno individualmente e controlar a turma coletivamente e preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implica regular na urgência. Situações de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental do docente. (ASSUNÇÃO & OLIVEIRA, 2009, p. 361).

A expressão “trabalho penoso” foi pela primeira vez mencionada na extinta Lei nº 3.807/60, que previa aposentadoria especial para trabalho penoso. A referida Lei não trazia em suas disposições a definição para trabalho penoso, tampouco o

Decreto nº 53.831/64 que a regulamentou, porém o magistério foi considerado como um trabalho dessa natureza.

Para Marques (2007) o conceito de trabalho penoso é:

(...) indicativo para se estabelecer se haverá ferimento à dignidade humana do trabalhador, bem como identificar se o meio ambiente de trabalho está inadequado e, ainda, verificar a existência permanente da atividade penosa, quando então serão estudados os limites, proibições e critérios remuneratórios. (MARQUES, 2007, p. 61).

Marques (2007), afirma que o trabalho penoso está relacionado à exaustão, ao desgaste, à dor, vindo assim a gerar sofrimento, que se revela por dois sintomas: insatisfação e ansiedade:

(...) aquele relacionado a exaustão, ao incomodo, à dor, ao desgaste, à concentração excessiva e à imutabilidade das tarefas desempenhadas que aniquilam o interesse, que leva o trabalhador ao exaurimento de suas energias, extinguindo-lhe o prazer entre a vida laboral e as atividades a serem executadas, gerando sofrimento, que pode ser revelado pelos dois grandes sintomas: insatisfação e a ansiedade. (MARQUES, 2007, p.64).

Embora a Constituição Federal (1988), em seu art. 7º, XXIII, estabeleça adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, até o presente momento não houve regulamentação no que tange à condição penosa, nem mesmo na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

De acordo com a Recomendação da OIT/UNESCO de 1966, relativa ao Estatuto dos Professores, determina que “os professores deveriam ser submetidos periodicamente a exames médicos, os quais deveriam ser gratuitos.” (OIT/UNESCO, FRANÇA, 1966).

6 METODOLOGIA

Método são os passos utilizados visando a um conhecimento, uma análise de determinada realidade social. De acordo Barros & Lehfeld (2007): “Assim, o método é o caminho ordenado e sistemático para se chegar a um fim.” (BARROS & LEHFELD, 2007, p. 3).

Prodanov & Freitas (2013) definem método como caminho para chegarmos a determinado fim. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 24).

Para definirmos o que é metodologia científica, por sua vez, requer antes a definição de ciência, o que é impossível fazê-lo de forma objetiva, única e precisa. Contudo Barros e Lehfeld (2007) citam que, para alguns estudiosos do tema, ciência é o conjunto de conhecimento adquirido pela utilização adequada de métodos, capazes de controlar os fatos e os fenômenos estudados. (BARROS & LEHFELD, 2007, p. 49).

Ainda segundo Barros e Lehfeld (2007), a metodologia “é o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos. Não procura soluções, mas escolhe maneiras de encontrá-las, integrando o que se sabe a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas”. (BARROS & LEHFELD, 2007, p. 2).

6.1 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa/análise destinaram-se a responder aos objetivos da pesquisa, a saber: objetivo geral e objetivos específicos.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, foram utilizados os seguintes métodos: do ponto de vista de seus objetivos, foi utilizada a pesquisa descritiva; do ponto de vista dos procedimentos técnicos, quer dizer, como foram obtidos os dados, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental; no que diz respeito à forma de abordagem do problema, foi utilizada a pesquisa qualitativa.

6.2 Desenvolvimento da pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa quanto ao ponto de vista de seus objetivos foi realizado pela utilização do método de pesquisa descritiva, que ocorre:

(...) quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 52).

Barros & Lehfeld (2007) esclarece que neste tipo de pesquisa não há interferência no que tange ao pesquisar, desta forma descreve-se apenas o objeto de pesquisa, procurando identificar a frequência com que um determinado fenômeno ocorre, bem como suas causas, características e ligações com outros fenômenos. (BARROS & LEHFELD, 2007, p. 84).

Conforme Prodanov & Freitas (2013), incluem nas pesquisas descritivas: as desenvolvidas nas ciências humanas e sociais, como as que têm por objeto estudar as características de um determinado grupo. Como por exemplo, o estado de saúde e mental.

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. Incluem-se, entre as pesquisas descritivas, a maioria daquelas desenvolvidas nas ciências humanas e sociais, como as pesquisas de opinião, mercadológicas, os levantamentos socioeconômicos e psicossociais. Podemos citar, como exemplo, aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental; as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus moradores, o índice de criminalidade; as que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, bem como descobrir a existência de associações entre variáveis, por exemplo, as pesquisas eleitorais, que indicam a relação entre preferência político partidária e nível de rendimentos e/ou escolaridade. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 52).

Prodanov & Freitas (2013) afirmam ainda que por meio das pesquisas descritivas os fatos e fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas

não sofrem nenhum tipo de manipulação pelo pesquisador. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 52).

6.3 Técnica da pesquisa

Antes de descrever os procedimentos técnicos que foram utilizados na pesquisa, faz-se necessário primeiramente entender o conceito de pesquisa. Para Prodanov & Freitas (2013):

Pesquisa é, portanto, um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando temos um problema e não temos informações para solucioná-lo. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 44).

Para a pesquisa em referência, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, por meio das quais foram coletados os dados necessários.

Diante da pesquisa bibliográfica pode-se levantar os temas, assuntos e tipos de abordagem tratados por outros estudiosos, possibilitando assim assimilar os conceitos, realizar comparações, de modo a explorar outras pesquisas já publicadas, no que tange à saúde do professor da educação básica, da rede estadual de ensino, no âmbito do município de Palmas, no ano de 2017, bem como na análise inédita, de documentos referentes ao objeto elegido.

Embora alguns autores tratem a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como sinônimas, Silva, Almeida & Guindani (2009), estabelecem que:

O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SILVA, ALMEIDA & GUIDANI, 2009, p. 6).

Conforme Barros & Lehfeld (2007), “a pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado.” (BARROS & LEHFELD, 2007, p. 85).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos Prodanov & Freitas (2013) citam as chamadas fonte de papel, a saber: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.” (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 54).
 Pesquisa documental: a pesquisa documental, devido a suas características, pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Gil (2008) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 55).

Contudo, Prodanov & Freitas (2013) evidenciam que: “A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.” (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 55 e 56).

O documento é qualquer registro que pode ser usado visando à informação, por meio de investigação, a saber: observação, leitura, reflexão, crítica. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 56).

Os locais de pesquisa, os tipos e a utilização de documentos, segundo os referidos autores podem ser:

- Arquivos públicos (municipais, estaduais e nacionais);
- Documentos oficiais: anuários, editoriais, ordens régias, leis, atas, relatórios, ofícios, correspondências, panfletos etc.;
- Documentos jurídicos: testamentos post mortem, inventários e todos os materiais oriundos de cartórios;
- Coleções particulares: ofícios, correspondências, autobiografias, memórias etc.; iconografia: imagens, quadros, monumentos, fotografias etc.;
- Materiais cartográficos: mapas, plantas etc.;
- Arquivos particulares (instituições privadas ou domicílios particulares): igrejas, bancos, indústrias, sindicatos, partidos políticos, escolas, residências, hospitais, agências de serviço social, entidades de classe etc.;
- Documentos eclesiásticos, financeiros, empresariais, trabalhistas, educacionais, memórias, fotografias, diários, autobiografias etc.(PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 56 e 57).

Prodanov & Freitas (2013) ressaltam que qualquer documento deve passar por uma análise crítica do pesquisador que fará a avaliação de suas garantias bem como o valor de seu conteúdo. Ressaltam ainda que geralmente a avaliação é aplicada apenas nas fontes primárias. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 56).

6.4 Área de realização

A pesquisa foi realizada junto à Secretaria de Estado da Administração– SECAD, a qual forneceu os relatórios necessários para a elaboração da pesquisa.

6.5 Coleta dos dados

Foi protocolado requerimento formal junto a Secretaria de Estado da Administração para que fossem disponibilizados os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

6.6 Análise da pesquisa

A etapa de análise dos documentos visa produzir ou reelaborar conhecimentos, criando-se assim novas formas quanto à compreensão dos fenômenos. (SILVA, ALMEIDA & GUIDANI, 2009, p. 10).

Ainda segundo os autores citados anteriormente, a saber: Silva, Almeida & Guidani (2009): “É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência.” (SILVA, ALMEIDA & GUIDANI, 2009, p. 10).

De acordo com Prodanov & Freitas (2013), do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa qualitativa:

(...) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 70).

Esta pesquisa se desenvolveu, portanto, sob essa abordagem qualitativa, cujos procedimentos utilizados foram necessariamente as análises documental e bibliográfica, visando assim identificar o índice de doenças que afetaram os docentes, das escolas estaduais, no âmbito do município de Palmas, no ano de 2017, bem como idade e período médio que o professor ficou impossibilitado de exercer suas funções por motivo de licença para tratamento de saúde. Verificou-se também a economia de recursos públicos possível, diante de uma menor quantidade de licenças médicas, assim como as contratações temporárias de pessoal para substituição.

7 RESULTADOS

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração - SECAD, no ano de 2017, foram concedidas 1.230 (mil e duzentos e trinta) licenças médicas aos docentes da rede estadual de ensino, no âmbito do município de Palmas, sendo que o profissional pode sair de licença médica mais de uma vez por causa da mesma patologia ou sair de licença mais de uma vez por causa de patologias diferentes.

Ressalte-se que para a referida pesquisa à Secretaria de Estado da Administração - SECAD não forneceu nenhum dado que pudesse expor o docente licenciado, apenas foi disponibilizada a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde- CID, de cada licença médica concedida.

A CID possibilita o monitoramento da incidência de doenças, bem como a classificação de doenças e problemas com a saúde, visto que os dados são padronizados.

7.1 Doenças que afetaram os docentes das escolas estaduais em Palmas-TO, no ano de 2017

Após análise do CID das licenças médicas concedidas aos docentes verificou-se que as principais doenças que afetaram os docentes da rede estadual, no âmbito do município de Palmas-TO, durante o ano de 2017, foram as relativas aos: Transtornos de humor (CID - F30 a F39), com 181 (cento e oitenta e uma) licenças médicas; Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (CID - F40 a F48), com 102 (cento e duas) licenças médicas; e Dorsopatias (CID - M40 a M54), com 151 (cento e cinquenta e uma) licenças médicas.

7.1.1 Transtornos de humor (CID - F30 a F39)

Segundo Júnior (2011) os transtornos de humor são definidos como transtornos mentais cuja perturbação principal é uma alteração do humor ou do afeto, no sentido de uma depressão que pode ser com ou sem ansiedade. Em sua grande maioria os transtornos são recorrentes e a ocorrência está diretamente ligada com fatos e situações estressantes.

Conforme a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID, os transtornos de humor são divididos em:

- Episódio maníaco- F30
- Transtorno afetivo bipolar - F31
- Episódios depressivos - F32
- Transtorno depressivo recorrente - F33
- Transtornos de humor (afetivos) persistentes - F34
- Outros transtornos de humor (afetivos) - F38
- Transtorno do humor (afetivo) não especificado - F39

No ano de 2017, das licenças médicas concedidas aos docentes das escolas estaduais, no âmbito do município de Palmas, 181 foram por transtornos de humor, ou seja, 14,71%, em que destacamos: 125 por episódios depressivos (10,16%), 56 por transtorno depressivo recorrente (4,55%).

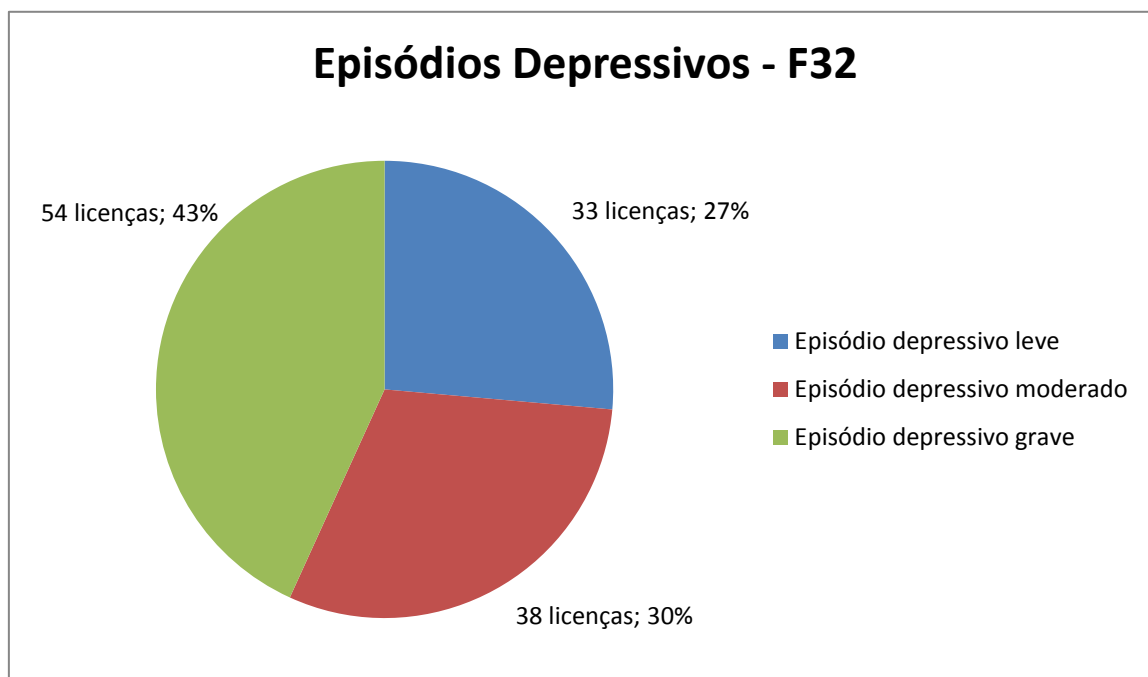
7.1.1.1 Episódios depressivos - F32

Segundo Júnior (2011) a depressão se caracteriza de maneira geral “por um estado de tristeza, a princípio imotivada, com o pensamento lentificado, sentimento de culpa, baixa autoestima, ideação de ruína, de pessimismo e de morte”.

De acordo com a CID, os episódios depressivos são divididos em três graus: leve, moderado e grave, sendo que o paciente tem um rebaixamento de humor, diminuição da energia e da atividade.

Durante o ano de 2017, foram concedidas 125 licenças médicas por episódios depressivos aos professores da rede estadual de ensino em Palmas-TO, ou seja, mais de 10% das licenças concedidas durante o ano.

Grafico1: Episódios Depressivos



Fonte: O próprio autor

Conforme gráfico1, das 125 licenças médicas por episódios depressivos, 43% foram por episódio depressivo grave.

Segundo Júnior (2011) a pessoa acometida por essa doença se sente perseguida por colegas, chefes, e até mesmo por familiares. Um simples sorriso, um comentário, torna-se motivo para insegurança e desconfiança, logo estes indivíduos têm crises constantes de choro, independentemente da hora e do em lugar que estejam.

7.1.1.2 Transtorno depressivo recorrente - F33

Por motivo de transtorno depressivo recorrente foram concedidas 56 licenças médicas. Esse transtorno, conforme a CID, “é caracterizado pela ocorrência repetida de episódios depressivos correspondentes à descrição de um episódio

depressivo (F32) na ausência de todo precedente de episódios independentes de exaltação de humor e de aumento de energia (mania)”.

Desse total de 56 licenças médicas, concedidas por transtorno depressivo recorrente, 26 foram por transtorno depressivo recorrente, episódio atual leve; 21 por transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado; 9 por transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com e sem sintomas psicóticos.

7.1.2 Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (CID - F40 a F48)

Segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID, os transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes, são:

- Transtornos fóbico-ansiosos - F40
- Outros transtornos ansiosos - F41
- Transtorno obsessivo-compulsivo - F42
- Reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação - F43
- Transtornos dissociativos (de conversão) - F44
- Transtornos somatoformes - F45
- Outros transtornos neuróticos - F48

Com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração, os transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes, ocasionaram 102 licenças médicas aos docentes das escolas estaduais de Palmas, no ano de 2017, o que representa 8,78% das licenças. Dessas licenças, 81 se deram por outros transtornos ansiosos e 21 por reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação.

7.1.2.1 Outros transtornos ansiosos - F41

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID descreve que, outros transtornos ansiosos são:

Transtornos caracterizados essencialmente pela presença de manifestações ansiosas que não são desencadeadas exclusivamente pela exposição a uma situação determinada. Podem se acompanhar de sintomas depressivos ou obsessivos, assim como de certas manifestações que traduzem uma ansiedade fóbica, desde que estas manifestações sejam, contudo, claramente secundárias ou pouco graves. (CID-10, 2008)

Devido aos “outros transtornos depressivos – F41, foram deferidas 81 licenças médicas aos docentes da rede estadual de ensino no município de Palmas, no ano de 2017, e que conforme a CID, estas manifestações não são necessariamente desencadeadas por determinada situação.

7.1.2.2 Reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação - F43

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID, as reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação diferem de outras categorias:

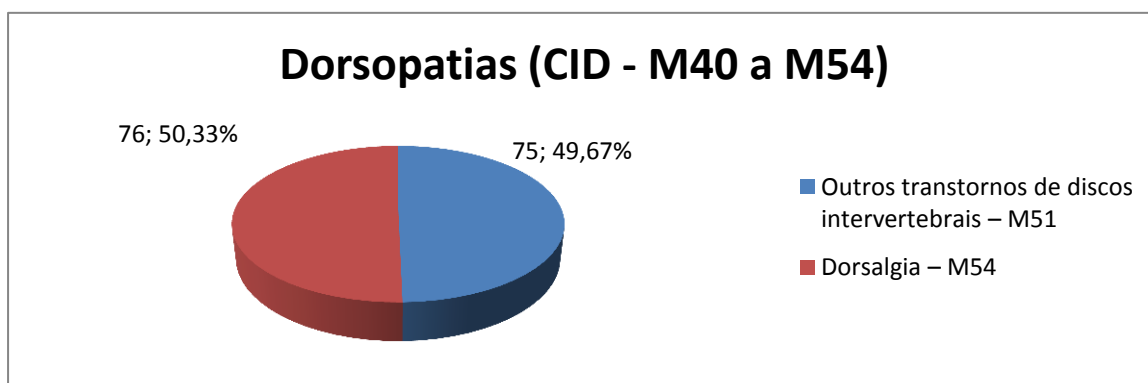
Esta categoria difere das outras na medida que sua definição não repousa exclusivamente sobre a sintomatologia e a evolução, mas igualmente sobre a existência de um ou outro dos dois fatores causais seguintes: um acontecimento particularmente estressante desencadeia uma reação de “stress” aguda, ou uma alteração particularmente marcante na vida do sujeito, que comporta consequências desagradáveis e duradouras e levam a um transtorno de adaptação. Embora fatores de “stress” psicossociais (“lifeevents”) relativamente pouco graves possam precipitar a ocorrência de um grande número de transtornos classificados em outra parte neste capítulo ou influenciar-lhes o quadro clínico, nem sempre é possível atribuir-lhes um papel etiológico, quanto mais que é necessário levar em consideração fatores de vulnerabilidade, freqüentemente idiossincráticos, próprios de cada indivíduo; em outros termos, estes fatores não são nem necessários nem suficientes para explicar a ocorrência e a natureza do transtorno observado. Em contraste, para os transtornos reunidos aqui sob [F43](#), admite-se que sua ocorrência é sempre a consequência direta de um “stress” agudo importante ou de um traumatismo persistente. O acontecimento estressante ou as circunstâncias penosas persistentes constituem o fator causal primário e essencial, na ausência do qual o transtorno não teria ocorrido. Os transtornos reunidos neste capítulo podem assim ser considerados como respostas inadaptadas a um “stress” grave ou persistente, na medida em que eles interferem com mecanismos adaptativos eficazes e entram assim o funcionamento social. (CID-10, 2008).

As reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação ocasionaram aos docentes da rede estadual lotados em Palmas, no ano de 2017, um total de 21 licenças médicas. Segundo a CID, essa enfermidade pode estar ligada a um acontecimento estressante ou a situações penosas recorrentes.

7.1.3 Dorsopatias (CID - M40 a M54)

As Dorsopatias (doenças da coluna) foram a segunda maior causa de licença médica concedida aos docentes das escolas estaduais em Palmas-TO, no ano de 2017, devido ao período prolongado em que os docentes ficam de pé em sala de aula.

Gráfico 2 :Dorsopatias



Fonte: O próprio autor

Conforme dados da Secretaria de Estado da Administração – SECAD, as Dorsopatias provocaram um total de 151 licenças médicas aos professores das escolas estaduais em Palmas, durante o ano de 2017, dentre as quais se destacam: outros transtornos de discos intervertebrais – M51, com 75 licenças médicas; e Dorsalgia – M54, com 76 licenças médicas, conforme gráfico 2:

7.2 Média de idade e período médio em que os docentes ficaram de licença médica

Para análise da idade média, bem como o período médio de licença médica dos docentes das escolas estaduais de Palmas, que se afastaram por licença médica no ano de 2017, foram utilizados os dados apenas das principais doenças que acometeram os docentes.

Segue abaixo quadro 1, com as médias de idade e período de licença dos docentes das escolas estaduais de Palmas, no ano de 2017, que se afastaram pelos problemas de saúde mais frequentes que foram detectados nesta pesquisa.

Quadro1: Média de idade e período médio em que os docentes ficaram de licença médica

Doenças	
Transtornos de humor CID - F30 a F39	
Média de idade - 49,7	Período médio de licença - 39,8 dias
*Episódios Depressivos - CID - F32	
Média de idade - 48,84	Período médio de licença - 32,4 dias
*Transtornos Depressivos Recorrentes - CID- F33	
Média de idade - 51,83	Período médio de licença - 49,28 dias
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes - CID - F40 a F48	
Média de idade - 49,13	Período médio de licença - 36,06 dias
*Outros Transtornos ansiosos - CID - F41	
Média de idade - 50,18	Período médio de licença - 35,7 dias
*Reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação - CID - F43	
Média de idade - 45,9	Período médio de licença - 38,33 dias
Dorsopatias - CID - M40 a M54	
Média de idade - 51,36	Período médio de licença - 38,61 dias
*Outros transtornos de discos intervertebrais - CID - M51	
Média de idade - 51,04	Período médio de licença - 37,76 dias
*Dorsalgia - CID - M54	
Média de idade - 51,08	Período médio de licença - 38,96 dias

Fonte: O próprio autor

Conforme quadro 1, a média de dias que os servidores ficaram afastados de suas funções por motivo de licença médica ficou entre 32 a 49 dias, verificou-se também que os docentes acometidos pelas enfermidades apontadas têm uma idade relativamente jovem (50 anos, em média), o que é mais agravante, considerando que nessa idade em geral a pessoa ainda deve dispor de muita saúde e vigor físico.

7.3 Gastos do Governo com a contratação de professores substitutos

Na atualidade um dos grandes desafios do gestor público é a redução dos gastos públicos, principalmente no que tange às despesas com pessoal.

Para a análise de quanto o Governo despendeu com as licenças médicas concedidas aos docentes das escolas estaduais no âmbito do município de Palmas, no ano de 2017, foram utilizados dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração. O estudo foi dividido em duas partes: a primeira identificou quanto se gastou com todas as licenças médicas a docentes das escolas estaduais no município de Palmas, no ano de 2017, e a segunda demonstrou quanto foi gasto apenas com as principais doenças que acometeram esses profissionais.

Com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração (SECAD), calcula-se que com todas as licenças médicas concedidas aos docentes das escolas estaduais no município de Palmas, no ano de 2017, foram gastos R\$ 8.983.061,39 (oito milhões, novecentos e oitenta e três mil, sessenta e um reais e trinta e nove centavos). Se acrescentarmos o gasto patronal do Estado com o INSS, que para os professores é de 20,943%, esse valor salta para 10.864.383,93 (dez milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos). Contudo, se considerarmos somente os gastos ocorridos com os docentes afetados pelas principais doenças verificadas o valor foi de R\$ 1.932.226,39 (um milhão, novecentos e trinta e dois, duzentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos); já se levarmos em consideração o patronal pago pelo Estado ao INSS (20,943%), esse valor foi de R\$ 2.336.892,56 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Magna estabelece a educação, o trabalho e a saúde, como direitos sociais.

O trabalho é de suma importância para o desenvolvimento social, a formação de identidade, e existência digna do cidadão, conforme dispõe Mendes (2013). Porém o trabalho pode acarretar, contraditoriamente diversos problemas na saúde do trabalhador.

Destacaram-se neste trabalho de pesquisa os docentes cuja, finalidade é essencial para os moldes da presente sociedade, a saber, dar uma formação intelectual e consciente aos seus indivíduos. Apesar dessa relevância, verificou-se que esse direito aos bem estar do docente não vem sendo assegurado devidamente.

Contudo, mais além da saúde dos docentes e da qualidade de ensino ofertada por eles, a questão diz respeito também à economia de recursos públicos, pois o Estado deverá contratar professores para substituir esse docente licenciado para tratamento de saúde. O que resulta algo na contramão do panorama nacional, haja vista o país atravessar uma grave crise financeira, o que não é diferente com o Estado do Tocantins. Resulta, portanto, que um dos grandes desafios para o Gestor Público na atualidade é a redução das despesas públicas, principalmente no que se diz respeito aos gastos com pessoal.

Nesse sentido, este trabalho possibilitou evidenciar qual o indicador de doenças que mais afetaram os docentes das escolas estaduais em Palmas-TO, durante o ano de 2017, do qual foi constatado que os transtornos de humor foram as principais causas de licenças médicas concedidas, resultando daí despesas ao Estado com as substituições temporárias.

Considerando ser um tema do presente momento, esperava-se mais facilidade na obtenção de material bibliográfico sobre o assunto, contudo, durante a elaboração do referido projeto, encontrou-se certa dificuldade na aquisição de literaturas sobre o tema nas diversas bibliotecas da Capital, assim como nas livrarias, o que, por outro lado, resultou numa satisfação ao discorrer ou tratar um aspecto ainda não explorado amplamente, não obstante sua importância.

Desse modo, propõe-se neste trabalho que o Estado conceda atenção especial à saúde dos docentes, principalmente no que se refere à saúde mental desses trabalhadores, proporcionando assim melhoria na qualidade de suas condições de trabalho do que resulta a melhoria na qualidade de ensino ofertado aos alunos, bem como na redução dos custos com a folha de pagamento de pessoal.

Sugere-se ainda, considerando que o maior número de licenças médicas se deu motivadas pelos transtornos de humor, a criação de um setor específico para a prevenção e o tratamento dessas doenças, o qual seria responsável pela elaboração de palestras, bem como a orientação e o acompanhamento dos docentes, visando à identificação dessas enfermidades logo no início.

Mais além de ressaltar a importância e o dever de assegurar-se a saúde dos docentes e a qualidade de ensino ofertado, espera-se que esta pesquisa contribua para uma discussão futura sobre os gastos públicos ocasionados pelas licenças médicas concedidas, a saber, 1.230 licenças, somente no município de Palmas-TO, e somente no ano de 2017, conforme destacado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBORNEZ, Suzana. O que é trabalho, 1ª edição eBook, 2017.

APEOESP- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. A Saúde dos professores, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/a-saude-dos-professores-2013/>, acesso em 02 de dez. de 2017.

ARROYO, M.G. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens, 14. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ASSUNÇÃO, Ada. A. & Oliveira, Dalila, A. intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação e Sociedade, V. 30, nº 107, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010173302009000200003&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em 04 ago. 2018.

BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª. ed.; São Paulo: Pearson Prentice Hall; 2007.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 29 jan. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 1.254, DE 29 DE SETEMBRO DE 1994. Promulga a Convenção n. 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1254-29-setembro-1994-449674-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 jan. 2018.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 29 jan. 2018.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 29 jan. 2018.

BRASIL. Portaria Interministerial MPS/MS/TEM Nº 800, de 03 de maio de 2005. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho, Elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial N º - 153, de 13 de fevereiro de 2004, prorrogada pela Portaria Interministerial N º - 1009, de 17 de Setembro de 2004. Disponível em: http://portal2.saude.gov.br/saudelegis/leg_norma_espelho_consulta.cfm?id=4013577&highlight=&bkp=pesqnorma&fonte=0&origem=0&sit=0&assunto=&qtd=10&tipo_norma=&numero=800&data=&dataFim=&ano=2005&pag=1 Acesso em: 29 de jan. 2018.

CID-10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Décima Revisão, Versão 2008, Volume I. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>> Acesso em: 01 de mai. 2018.

JÚNIOR, Amaury José da C. QUESTÕES/PROBLEMAS EM PERÍCIAS MÉDICAS NOS CASOS DE DEPRESSÃO, Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ, Ano 10, Janeiro a Março de 2011, Disponível em: <http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=116> Acesso em: 02 mai. 2018.

LUDKE, M.;BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de educação & sociedade em seus (quase) 100 números. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1179-1201, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MARQUES, C. A Proteção ao Trabalho Penoso. São Paulo: LTr, 2007.

MENDES, G. O trabalho dignifica o homem, 2013. Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/37224/0+trabalho+dignifica+o+homem>>, acesso em: 24 jan. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANE, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc., v.1, n.1, p.1-15, 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>> Acesso em: 29 jan. 2018.

SILVEIRA, Andréa Maria. Saúde do Trabalhador. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2009.

SOUZA, Indiara Rodrigues de; SANTOS, Maria Evany Rodrigues dos; ALMEIDA, Ilda Neta Silva de. MAL-ESTAR DOCENTE: A SAÚDE DO PROFESSOR E SEUS DESAFIOS NOS DIAS ATUAIS. Humanidades & Inovação, [S.l.], v. 3, n. 2, sep. 2016. ISSN 2358-8322. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/180>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SOUZA, N.M.F.R; NASCIMENTO, I.P. Saúde e Trabalho Docente: representações de professores no cotidiano profissional, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7931_5385.pdf>, acesso em 02 de dez. de 2017.

TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional, 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OIT/UNESCO. 1966. A recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao Estatuto dos Professores e Recomendação de 1997 da UNESCO relativa ao Estatuto do Pessoal do Ensino Superior. Paris, 5 de outubro de 1966. Disponível em:

<http://portal.unesco.org/es/ev.php->

[URL_ID=13084&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13084&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html) Acesso em: 29 jan. 2018.